



CERTIDÃO DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2022

----- Para os devidos efeitos se passa a presente certidão de parte da Ata da Reunião da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, realizada na data abaixo indicada: -----

----- Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 10:00, nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues, com a presença dos senhores Vereadores, Graça De Fátima Bolarinho Ventura Melo, Carlos Manuel de Melo Pimentel, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Emanuel Sousa Medeiros, Pedro Miguel de Guilherme Pacheco Costa, Eunice Maria Pinheiro Sousa. -----

----- Secretariou a reunião o Secretário da Vereação, Pedro Henrique Soares Correia. -----

----- Da Ordem de Trabalhos, constante da convocatória e do respetivo edital, faz parte integrante o seguinte assunto: -----

ORDEM DO DIA

(DL. N.º 103/2022) I. N.º 7930/2022 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2023 -----

Pelo presidente da Câmara Municipal foi introduzida a proposta de deliberação: -----

"De acordo com o artigo n.º 46 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais), inclui todos os elementos necessários para o orçamento municipal, e, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, elaborar e submeter a aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta do orçamento para o ano de 2023. -----

Em anexo a estrutura do Mapa de Pessoal no período de 01-01-2023 / 31/12/2023, Organograma da Câmara Municipal de V.F.C. contendo as descrições da gestão dos serviços municipais e o anexo (Suplemento de Penosidade e Insalubridade da Carreira Geral de Assistente Operacional), conforme determina o art.º 24.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (LOE para 2021). -----

Face ao exposto, envio os documentos relacionado com o assunto em epígrafe, para agendar na próxima reunião do órgão executivo e submeter ao órgão deliberativo para efeitos de aprovação." -----

O Presidente da Câmara Municipal fez uso da palavra e disse que o Plano e Orçamento para 2023 possuía um valor total de €13.758.565,00 (treze milhões, setecentos e cinquenta e oito mil euros e quinhentos e sessenta e cinco cêntimos) e continha preocupações relacionadas com investimentos estruturais para o concelho de Vila Franca: por um lado a continuação da ampliação do parque industrial de Vila Franca do Campo para a sua segunda fase, sendo que a primeira está a decorrer



havendo ainda despesa, no ano seguinte, relativamente à primeira fase, mas que também previam a segunda fase. Prosseguiu dizendo que gostaria de dar início aos projetos de saneamento básico do concelho, algo que estava dependente da abertura do quadro comunitário, o que estava previsto. Salientou que optaram, ao contrário de outras câmaras, por não inserirem, no orçamento, o investimento com os apartamentos na habitação por não terem o contrato assinado, ou seja, tinham uma Estratégia Local de Habitação que previa aquele investimento, que o contrato estava com o IHRU no montante global de €3.950.000,00 (três milhões, novecentos e cinquenta mil euros) para construir os edifícios de apartamentos - não estando previstos naquele orçamento -, mas que a qualquer altura se o fizerem, fariam uma revisão para incluir os apartamentos, sendo uma medida cautelar por não ter o contrato em concreto assinado com o IHRU, pelo que acharam que não deviam colocar naquele plano e orçamento, mas que a expectativa era que, dentro de trinta dias, aquele contrato seria assinado, e em janeiro fariam a introdução daquela rubrica da construção dos apartamentos. Prosseguiu dizendo que, por outro lado e como era do conhecimento de todos, ouviram previamente o PSD, que este apresentou as suas propostas e, das propostas apresentadas pelo PSD, tinham gosto em ver concretizadas as alterações que, a sua maioria, foram sugeridas, como um aumento para as juntas de freguesia, em que na delegação de competências estavam previstos €100.000,00 (cem mil euros) sendo que o PSD propôs €180.000,00 (cento e oitenta mil euros), tendo ficado definido que seriam €150.000,00 (cento e cinquenta mil euros). Mais disse que o PSD tinha proposto que previssessem um fundo de apoio que têm aos seus concidadãos, consistindo numa rubrica ao arrendamento, o que fizeram ao colocar mais €40.000,00 (quarenta mil euros) no apoio ao arrendamento que carecerá de uma alteração no próprio regulamento. Também no apoio às escolas ficou previsto €25.000,00 (vinte e cinco mil euros), tal como a aquisição do minibus estava em curso. Relativamente à rede viária tinham, para o ano seguinte, a inclusão de Ponta Garça e do Aldeamento do Ilhéu com o montante global de €390.000,00 (trezentos e noventa mil euros). Para a sinalética, igualmente uma proposta do PSD, previam-na ainda para o presente, considerando que estavam à espera da conclusão do Plano de Mobilidade, pelo que previam, para o presente ano, €50.000,00 (cinquenta mil euros) e €30.000,00 (trinta mil euros) no ano seguinte, sendo algo possível de fazer, pelo que tinham €80.000,00 (oitenta mil euros) para investimento na sinalética. Prosseguiu referindo outra proposta do PSD para a requalificação do Forte do Tagarete, achando que era necessário fazer um projeto pois não se podia falar numa requalificação sem um projeto, pelo que tinham €30.000,00 (trinta mil euros) para um projeto para a requalificação do Forte do Tagarete. Outra proposta do PSD foi a requalificação do Poço Largo, pelo que inscreveram €30.000,00 (trinta mil euros) para o projeto. Continuou dizendo que, para o bairro de Nossa Senhora da Piedade, colocaram €10.000,00 (dez mil euros) para algum equipamento para as crianças e jovens de Ponta Garça. Relativamente ao acesso a Água d'Alto, também inscreveram uma rubrica para realizar o projeto da ligação entre a Rua da Cruz e a Rua de São Lázaro, estando inscrita uma verba para aquela ligação. Referiu que, dentro daquilo que foram as propostas apresentadas do PSD, tentaram dar uma resposta cabal às propostas apresentadas para o próximo ano, pelo que, genericamente, era aquela a proposta que estavam a analisar em concreto, tendo traçado as linhas gerais e estando disponível para eventuais esclarecimentos. -----

O vereador municipal Emanuel Medeiros fez uso da palavra e disse que, relativamente àquele Plano e



às Grandes Opções do Plano de Orçamento para 2023, começaria pela parte das grandes opções do plano e pela parte descritiva. Referiu que era um documento extremamente vago, não constando nada sobre o PRR (sobre quanto é que a Câmara iria receber e de que forma iria ser aplicado), que o Presidente tinha falado em setenta casas, durante a campanha eleitoral, que iriam ter início logo em janeiro, sendo que já tinha passado um ano e ainda não viram o projeto. Relativamente à parte de médio prazo, entendiam que era um plano que não tinha medidas que promovessem o desenvolvimento económico, bem como resposta às expectativas e às necessidades prementes dos vila-franquenses, havendo uma falta de visão estratégica e desenvolvimento sustentável do concelho, pelo que era devido àquela falta de visão estratégica que continuavam no patamar inferior por comparação com outros concelhos da mesma dimensão. Mais disse que, no resumo das grandes opções do plano que vai de 2023 a 2027, as áreas fundamentais de desenvolvimento do concelho (económica, social, etc), só tinham inscrição para 2023, pelo que se tinham um plano até 2027, por que razão era que transporte e comunicações, comércio e turismo e outras funções tinham apenas verbas inscritas para 2023, enquanto que funções de serviço geral, de segurança, funções sociais, educação e ação social, tinham uma previsão de investimento até 2027, o que carecia, naquela área, de uma previsão a médio e longo prazo, mas que, no entanto, as expectativas (e que eram as necessidades prementes) continuavam sem resposta, havendo, ainda, a questão da habitação e esperando que fosse um problema que ficasse resolvido, considerando que a carência de habitação (sobretudo para casais jovens), situação que se mantém nos últimos anos - por coincidência desde que a Câmara Municipal é do Partido Socialista e que o governo também era do Partido Socialista -, e considerando que houve um desinvestimento na habitação, pelo que chegaram à situação atual com falta de casas e com as existentes a terem preços muito elevados, não havia casas para arrendar porque os proprietários divergiam para o alojamento local e sobretudo os jovens casais que queriam ter uma habitação e não a tinham, pelo que saíam de Vila Franca do Campo e iam habitar noutros concelhos da ilha, daí a diminuição de população nos últimos censos por comparação com os anteriores. Relativamente ao projeto do saneamento básico, o mesmo era vago, não sabendo qual o ponto da situação. Para a reparação e conservação de caminhos, voltava-se a incluir a reparação de Ponta Garça e do Aldeamento, havendo necessidade naqueles dois locais, mas também em todas as freguesias, pelo que havia um desinvestimento. Referiu-se, também, ao nível de outras infraestruturas, que são essenciais (lazer e recreativas) onde constatavam alguns apoios que eram pouco significativos. Prosseguiu dizendo que o PSD acompanhou muitas das vezes, naquela Câmara, tendo votado favoravelmente opções da Câmara respeitantes a políticas sociais, do desporto, apoios a algumas instituições e investimentos, não tendo sido sempre do contra. Relativamente às medidas enumeradas pelo presidente e que foram propostas e apresentadas pelo PSD, teve a oportunidade de referir, na reunião anterior em que esteve com o presidente para debater as propostas, que se houvesse uma vontade séria do presidente da Câmara de negociar com o PSD aquele plano de orçamento, pois foram convidados e apenas vinte dias depois é que decorreu a reunião, a quatro dias de entrega dos documentos oficiais, sendo que, de facto, estavam ali presentes algumas medidas conforme o que solicitaram, embora não tenha sido o seu valor total, referindo-se, p.e., a juntas de freguesia onde, no ano anterior, o presidente tinha inscrito €150.000,00 (cento e cinquenta mil euros)



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

mais trinta mil, e que no presente ano diminuiu a inscrição inicial de cento e cinquenta mil para cem mil, com mais cinquenta que estava previsto durante o ano. Referiu que queria, sob proposta do PSD, um Fundo Municipal de Apoio ao Arrendamento, com uma inscrição no valor de €40.000,00 (quarenta mil euros), questionando onde se iria arranjar aquele dinheiro – se se iria tirar do Apoio à Habitação Degradada (que no ano anterior era de €80.000 e que no presente ano era de €40.000,00 (quarenta mil euros), questionando se quarenta mil euros daria para apoiar os jovens casais e as famílias a sustentar as rendas de Vila Franca do Campo que são elevadíssimas, e se estivessem a falar no apoio de cem euros por mês a cada candidatura, teriam um apoio para trinta famílias no máximo, questionado se seria suficiente e entendendo que não. No que se referia às outras rubricas que o Presidente falou e que foram propostas pelo PSD, estas estavam inscritas e achavam que os valores eram pouco significativos para aquilo que deveria ser o valor total daquilo que devia ser executado até ao final do ano - considerando que primeiro era necessário fazer os projetos -, mas que a questão era se teriam confiança naquele orçamento e se poderiam ter confiança na gestão daquele orçamento, achando que não pois já caminhavam para a 11.ª alteração, pelo que ninguém os garantia que aquelas inscrições, durante o ano de 2023, não iriam sendo reduzidas ao sabor da vontade do presidente, não possuindo garantias de que seriam postas em prática, pelo que era um orçamento vago e não ia ao encontro imediato daquilo que são as necessidades prementes do concelho. -----

O Presidente da Câmara fez uso da palavra e disse que não “ia de encontro, mas sim ao encontro”, que ia ao encontro dos vila-franquenses e daquilo que eram as necessidades e as suas capacidades. Prosseguiu dizendo que o PSD apresentou propostas de alteração e que, naquela reunião de Câmara, o PSD falava que eles não tinham medidas para o desenvolvimento económico, que não tinham medidas relativamente ao desenvolvimento sustentável, pelo que as medidas que o PSD apresentou tinham sido as que o presidente tinha acabado de elencar e, das medidas elencadas, responderam afirmativamente aos desejos e às propostas do PSD, ou seja, apresentaram uma proposta de plano e orçamento, receberam as propostas de alteração do PSD e responderam àquelas propostas de forma afirmativa, concordando que queriam desenvolver as suas propostas no plano e orçamento, tendo-as incluído, e não tendo havido nenhuma proposta feita pelo PSD que tivesse sido rejeitada liminarmente, pelo que a única que não aceitaram na totalidade estava relacionada com as juntas de freguesia, nomeadamente a execução de cooperação com as juntas de freguesia no ano de 2022 de acordo com as juntas de freguesia, de acordo com as solicitações que cada junta, a respetiva execução foi de cento e doze, cento e dezoito mil euros, não tendo negado nenhum apoio a nenhum projeto de nenhuma junta de freguesia, pelo que as juntas pediram, solicitaram as suas delegações de competências e de cooperação com a Câmara, sendo que todas as propostas foram aceites pela Câmara Municipal. Mais disse que a sua execução rondou, no presente ano, os cento e doze, cento e dezoito mil euros. Mais disse que tinham previsto cem mil euros para o presente ano e que o PSD tinha proposto cento e oitenta mil, mas que, face à execução do ano anterior, que aumentar cinquenta mil euros corresponderia às expectativas, sendo a única que continha uma divergência de trinta mil euros. De resto, tudo que o PSD que solicitou, tal como demonstrou, incluíram no plano e orçamento, numa perspetiva de consenso, numa perspetiva de aceitar as alterações propostas pelo PSD. Prosseguiu dizendo que, o que o PSD vinha dizer, era que não sabiam se o presidente iria executar ao que o



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

presidente explicou que se tratava de um exercício de previsão sobre o que iriam fazer no próximo ano. Se surgir uma pandemia ou um terramoto, naturalmente que não iriam executar, mas o que estavam a falar era de uma previsão daquilo que gostariam de executar, não havendo dúvidas que as propostas do PSD foram todas contempladas. Referiu que o vereador tinha afirmado que o plano, a médio e longo prazo, tinha falta de algumas rubricas que não fossem área social. Mais disse que a diferença era aquela pois na área social eram medidas exclusivamente da Câmara Municipal, por isso havia uma previsão de médio prazo. Relativamente às medidas de investimento na área económica, estas estão dependentes do próximo programa comunitário de apoio – o qual ainda não foi aprovado – pelo que não é possível adivinharem quais os investimentos que iriam fazer dali a vários anos, se nem sabiam, ainda, o que será possível, pelo que se sujeitavam a colocar com a previsão de que aquelas obras seriam possíveis (saneamento básico, museu municipal), mas a verdade é que ainda não tinham dinheiro para realizar grandes investimentos sem ser com fundos comunitários. Mais disse que, como o quadro do próximo programa comunitário ainda não estava aprovado, era difícil adivinhar pois, se já era difícil adivinhar para 2023, pior seria para os anos seguintes pois desconheciam qual o quadro que poderiam gerir, ou seja, não faziam grandes investimentos sem ajuda de fundos comunitários, logo o plano a médio prazo ficava “manco”, considerando que qualquer investimento a médio prazo dependia de fundos comunitários para ser executado, e aqueles seriam apresentados, segundo o Governo Regional, em janeiro. Relativamente ao PRR, este só contemplou a Região Autónoma dos Açores com verbas para a habitação, pelo que o Programa de Ajustamento Municipal no que se referia ao plano para a Habitação, envolvia uma rubrica de sete milhões e tal de euros, pelo que estavam a executar (no que respeitava benfeitorias e conservação de casas) tendo já adquirido uma habitação, para a qual só tinham recebido o dinheiro de compensação na semana antes, pelo que não avançaram com mais nada sem que tivessem recebido o dinheiro da aquisição da habitação. Quando ao investimento num novo edifício (três milhões, novecentos e cinquenta mil euros), explicou que o projeto de apartamentos existe e está concluído, está apresentando no IHRU e que aguardavam (trinta e quarenta dias) para concluir o projeto para a Habitação no valor de três milhões, novecentos e cinquenta mil euros para a construção de novas habitações. Mais disse que o mesmo se passava com o PS que se tinha portado mal quanto à habitação, relativamente ao que fazia ou não no edifício dos Foros, tendo agido mal. Quanto ao PSD, seria executado no primeiro mês ou primeiro trimestre, passaria o ano, o segundo ano, sendo natural e não levando a mal, pelo que necessário fazer o projeto e aprová-lo nas entidades responsáveis, sendo um “mal que o Governo Regional sofria e a Câmara também, na conjuntura atual. Continuou dizendo que passaram dois anos e que o edifício dos Foros ainda não se tinha iniciado, esperando que começasse em breve (tal como a obra da Câmara), estando em igualdade de circunstâncias. Referiu que, quanto ao PRR, a única rubrica que tinha sido adstrita aos municípios estava relacionada com a Habitação e que, naquele programa, fizeram aprovar sete milhões e tal de euros. Referiu que, em conversas com alguns presidentes colegas seus, a estratégia local para a Habitação que já tinha aprovado há um ano e meio, alguns municípios ainda não tinham a estratégia sequer aprovada. No caso de Vila Franca do Campo, a estratégia estava aprovada há um ano e meio, estava sim a falar da execução, de contratualizar, pois, como todos compreendiam, ninguém avança com uma obra de três milhões, novecentos e cinquenta mil euros sem ter o contrato assinado de como



Handwritten signature

irá receber aquele valor, senão não teria aquela capacidade, estando sim a referir-se à execução. Prosseguiu explicando, aos concidadãos, que fizeram um esforço de cooperar com o PSD, aceitando a generalidade das propostas do PSD, considerando que se vive em democracia, tendo sido propostas bem recebidas pela Vereação do PS, tendo incluído todas as propostas por eles apresentadas, podendo até considerar mais se tivessem sido apresentadas, mas que incluíram a generalidade das propostas no Plano e Orçamento para 2023, sendo que, na previsão, o Plano e Orçamento possui treze milhões e setecentos mil euros, aos quais se se somar os três milhões, novecentos e cinquenta mil euros que esperavam executar no ano seguinte na Habitação, passaria para dezoito milhões de euros (o que iria acontecer), pois esperava que o edifício de apartamentos pudesse ser aprovado pelo IHRU dentro do prazo que lhes foi permitido (30 a 40 dias). -----

A vereadora municipal Eunice Sousa fez uso da palavra e referiu que era de lastimar que o presidente tivesse dedicado mais tempo a falar das propostas do PSD do que propriamente das propostas incluídas da sua própria bancada. Relativamente ao edifício dos Foros, acrescentou que os constrangimentos referidos pelo presidente, deveria acrescentar a morosidade e lentidão que a Câmara Municipal possui no que respeita à atribuição de pareceres devidos à entidade que está a avançar com um empreendimento, o que não abonava para que o empreendimento pudesse estar apto a realojar famílias do concelho com a brevidade que se pretendia. Prosseguiu questionando o presidente se podia referenciar três projetos de investimento do concelho, com perspetivas de desenvolvimento do presente e para o futuro e que permitissem um crescimento sustentável com impacto significativo na vida dos vila-franquenses. Prosseguiu dizendo que, tal como havia sido referenciado pelo presidente, as medidas sociais para apoiar as famílias, questionando quais eram as medidas sociais - considerando que a maioria dos vila-franquenses não teria acesso ao documento – e não se referindo às medidas que já transitavam de anos anteriores, mas sim novas medidas que pudessem fazer frente à atual crise, com o aumento da inflação e que tem trazido muitas dificuldades às famílias vila-franquenses (que antes desconheciam estas dificuldades), famílias da classe média e agora vêm os seus orçamentos estrangulados pelo aumento dos preços. Questionou quais as medidas, previstas no orçamento, que previram o atual cenário (que é para continuar) e que poderão auxiliar, também, as famílias vila-franquenses. -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu que as medidas que previram as soluções eram as que constavam no Plano. Prosseguiu salientando que quis evidenciar as propostas feitas pelo PSD para salientar que nenhuma delas era estruturante para Vila Franca do Campo, ou seja, foram as medidas apresentadas para que os vila-franquenses ficassem cientes de que o PSD não possui nenhuma visão estruturante para o concelho, por não ter apresentado nenhuma proposta que pudesse satisfazer aquela pergunta relativamente ao desenvolvimento do concelho. Mais disse que era o executivo camarário quem tinha a responsabilidade de tratar daquela matéria, mas que tinham ficado cientes que, da parte do PSD, tinha sido zero. No entanto, no sentido de responder à pergunta colocada pela vereadora municipal, referenciou as medidas que, estruturalmente, estavam contempladas no plano e, na respetiva atividade explicou que medidas de desenvolvimento económico do concelho não se concretizavam num ano. Explicou que quando chegou à Câmara havia duas questões importantes, uma relacionada com a estruturação da costa, que apresentava problemas de cedência, quer na



Avenida Vasco da Silveira cuja estrada estava para ceder, quer na praia do Corpo Santo, cuja estrada também estava para ceder, ou seja, havia duas medidas estruturais no que dizia respeito ao território e que careciam de uma intervenção importante cuja responsabilidade era do Governo Regional. Referiu que a primeira intervenção (Avenida Vasco da Silveira) foi um contrato feito pelo Governo Regional do PS e que a segunda (Corpo Santo) era exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal, não tendo sido possível fazer o mesmo tipo de contrato com o Governo Regional do PSD, ou seja, assumiam na íntegra a despesa daquela medida, considerando que, no que à a costa dizia respeito, e face àquilo que são as alterações climáticas e o nível da subida da águas do mar, tiveram que respeitar e ter uma visão de futuro, no sentido de dar segurança às populações, tendo-o conseguido, estruturalmente nas duas áreas onde tinha problemas estruturais no território, e com necessidade de os conservar de modo a proteger as populações. Referiu que aqueles dois investimentos tinham tido aquele propósito: a segurança das populações e a contenção do avanço do mar no que respeitava a Vila Franca do Campo. Seguidamente, quanto ao desenvolvimento económico, o mesmo fazia-se através das empresas, e a medida que a Câmara Municipal teve como fundamental, naquela área, estava relacionada com a ampliação do parque industrial., sendo um processo que já se arrastava há muito, com dificuldades de consenso com o proprietário do terreno, que visava o lucro, sendo que a Câmara tinha a satisfação de necessidades coletivas. Referiu que, felizmente, aquela obra estava em curso, ou seja, tinha sido possível dar início àquela obra estruturante para o concelho (de ampliação do parque industrial), num investimento que ia rondar dois milhões e oitocentos mil euros (o primeiro investimento), mas já com revisões de preços, sendo outra das realidades que tinham preparado considerando o aumento da inflação derivado da guerra, dos problemas estruturais que o mundo atravessava, e que as revisões de preços relativas àqueles investimentos têm sido constantes, ou seja, uma obra que custava dois milhões e oitocentos mil euros ia acabar, naturalmente, com três milhões e tal de euros, portanto era necessário que a Câmara tivesse aquela capacidade financeira - sendo o caso - para dar resposta àquela dificuldade nova que surgiu e relacionada com a revisão de preços por estes terem aumentado – preços das matérias primas, mão de obra, equipamentos, etc. Seguidamente, referiu que havia outra área respeitante ao desenvolvimento sustentável e que era inevitável, estando relacionada com o saneamento básico. Prosseguiu dizendo que no Plano e Orçamento para o ano seguinte, havia dois investimentos naquela área que só seriam possíveis caso os fundos comunitários os permitissem, mas que estavam inscritas duas obras naquela área – uma a norte de Vila Franca do Campo e outra na área que ia desde Água d'Alto até à Ribeira das Tainhas, sendo duas obras relativas ao desenvolvimento sustentável, estando inscritas no plano. Referiu que havia outra obra importante relacionada com a identidade de Vila Franca do Campo, nomeadamente a recuperação do edifício do museu, referindo-se à casa em frente onde funciona atualmente o museu, sendo que esperava que pudessem inscrever a ação no próximo quadro de apoio, considerando que aquela obra de recuperação do solar/casa era muito significativa e era da sua responsabilidade. Referiu que a vereadora municipal Eunice Medeiros tinha requerido três projetos e que lhe tinha apresentado quatro, sendo obras que tinham para o desenvolvimento sustentável do concelho. Referiu, também, a aquisição de todas as nascentes de água do concelho e que estavam a ser recuperadas, sendo outra medida de desenvolvimento sustentável. De modo a garantir a boa qualidade da água aos



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

concidadãos, referiu que a Câmara Municipal tem comprado todos os terrenos que possuem nascentes de água - de acordo com os proprietários -, sendo que iam realizar outra escritura de aquisição de um terreno, na semana seguinte, de modo a proteger ao redor das nascentes, havendo um projeto que iam adjudicar em 2023 - o de naturalização de todas as envolventes das nascentes de água, de modo que não hajam adubos nem a intromissão do Homem na qualidade da água que consomem, pelo que era outra medida de desenvolvimento sustentável que tinham para apresentar. Mais disse que tinham uma cooperação com o Governo Regional que tinha sido aprovada quando este era do Partido Socialista - LIFE IP CLIMAZ -, que incluía a proteção das encostas da praia de Água d'Alto, a revisão do Plano de Adaptação às Alteração Climáticas, sendo tudo projetos que constavam no plano e que eram para dar sustentabilidade ao concelho, mais disse que tinham projetos na área da sustentabilidade, cultura, estruturação do território e de apoio às empresas. No que referia à área social, referiu que tinham uma medida (proposta pelo PSD), relativamente ao apoio ao arrendamento, explicando que o apoio ao arrendamento não era uma competência das câmaras municipais, mas sim do Governo Regional. Explicou que tudo o que era ação da Câmara Municipal devia ser entendida como um complemento àquilo que são as ações do Governo Regional. Explicou que não podiam apoiar o arrendamento porque, para o Governo Regional, as famílias carenciadas que não tinham dinheiro, que pagavam rendas de quatrocentos euros quando a família do seu agregado só tinha capacidade para pagar trezentos euros, o Governo Regional complementava aquele apoio com cem euros. Mais disse que o que acontecia era que havia um espaço de tempo em que a candidatura do Governo Regional estava aberto, e que depois fechava, sendo um espaço de tempo sobre o qual a maioria dos munícipes não podia aguardar pela aprovação da candidatura, sendo naquele sentido que iam complementar o apoio ao arrendamento, ou seja, enquanto decorria até à abertura da candidatura, por parte do Governo Regional, do apoio ao arrendamento, e até à decisão do Governo Regional sobre o apoio ao mesmo, a Câmara Municipal suportaria aquele apoio até o Governo Regional o fornecer. Explicou que não devem apoiar diretamente um arrendamento como medida estrutural, sendo aquela medida estrutural uma competência do Governo Regional, pelo que só apoiariam como complemento enquanto o Governo Regional toma a decisão de apoio à respetiva família, e em períodos que as candidaturas não sejam possíveis fazer, visto que candidaturas ao arrendamento só abrem duas vezes por ano. -----

A vereadora municipal Eunice Sousa fez uso da palavra e disse que o presidente tinha referenciado que não se tratava de um ano onde se designavam medidas para ter um impacto futuro no concelho, pelo que muito menos seria, com dias de antecedência da apresentação do Plano e Orçamento, que os vereadores do PSD pudessem apresentar medidas estruturantes para o concelho. Referiu que o presidente teria interesse em incluir medidas estruturantes para o concelho, medidas que o PSD apresentou no seu programa eleitoral quando concorreu à Câmara, disse que o presidente deveria abordado os vereadores do PSD com muito mais antecedência, a tempo de incluir aquelas medidas, e não só a tempo de incluir medidas que tiravam verbas de cotação de uma rubrica para outra, para satisfazer a pretensão de incluir certas medidas no Plano e Orçamento. Referiu que o presidente tinha razão, que as medidas estruturantes eram necessárias, mas que para incluir as suas propostas naquele Plano e Orçamento, não seria com dias de antecedência como o vereador Emanuel Medeiros tinha referido, devendo ter sido com muito mais antecedência. Mais disse que o presidente tinha



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

referenciado a costa marítima, a contenção do avanço do mar, a ampliação do parque industrial, o saneamento básico, a requalificação do museu, a aquisição dos terrenos com nascentes de água, e que na área social, quando lhe perguntou uma medida para apoiar as famílias no presente cenário de crise económica e social derivada em grande parte da taxa de inflação, o presidente tinha referenciado o arrendamento, que tinha sido uma proposta da vereação do PSD. Prosseguiu dizendo que aquela tinha sido a sua resposta quando lhe colocou a questão sobre o impacto significativo na vida dos vila-franquenses em relação ao crescimento do concelho para o futuro. Mais disse que queria crer que todas as respostas dadas eram de facto projetos importantes para o concelho, mas que ficavam aquém das expetativas das famílias vila-franquenses. -----

O presidente da Câmara Municipal fez uso da palavra e disse que não era o PS que determinava o prazo que eles possuíam para usarem o direito de oposição, sendo a lei a determinar. Explicou que tinham ultrapassado os prazos que a lei competia para os direitos de oposição, sendo que tinha entregado a proposta numa reunião de Câmara, a título informativo, porque o que era normal era entregarem na reunião que iriam ter, pelo que entregou com muita antecedência por achar que os vereadores do PSD teriam capacidade para apresentar propostas. Disse que não lhe competia a ele dizer qual o prazo que eles tinham. Explicou que, por outro lado, não era inovador, para o PSD, saber que naquela fase iriam discutir o orçamento, pelo que não precisavam de estar dependentes de terem de apresentar alguma coisa, sendo algo que podiam tê-lo feito desde janeiro a outubro. Mais disse que, às propostas que o PSD tinha apresentado, eles tinham respondido afirmativamente, ou seja, acordaram com as propostas apresentadas. Referiu que desconhecia se tinham outras propostas para apresentar, mas que o facto era que lhe tinham entregado um documento com as propostas que queriam ver contempladas no plano, as quais foram contempladas. Referiu que alteraram a proposta para satisfazer as propostas apresentadas pelo PSD. Relativamente às famílias, referiu que a Câmara Municipal era a última entidade a decidir sobre aquela matéria, sendo que primeiro decidia o Governo da República – já tendo decidido sobre várias medidas – depois decidia o Governo Regional, também com várias medidas de apoio às famílias e estando a aguardar o resultado da aprovação do plano e orçamento da assembleia legislativa, que estava a decorrer, e, por fim, decidia a Câmara Municipal subsidiariamente, ou seja, a decisão verdadeira com medidas concretas de apoio às famílias, a Câmara Municipal, com a facilidade que possui de alterar o Plano e Orçamento, sabiam que, face às necessidades que surgissem (decorrentes das medidas de apoio do Governo da República, do Governo Regional e, finalmente, da Câmara Municipal), estariam presentes para assumir as suas responsabilidades. Referiu a única medida que mantinham – o FES, Fundo de Emergência Social –, como mantinham medidas de apoio à habitação degradada, pelo que agora iam acrescentar medidas de apoio ao arrendamento. Referiu que, face ao evoluir da situação, estariam presentes para defender e apoiar os munícipes, mas na sequência dos apoios. Deu como exemplo se decidissem que iam apoiar as famílias com o apoio com a renegociação com a Banca – o Governo da República incluiu no orçamento aquela medida que vai entrar em vigor no dia 1 de janeiro. Aguardavam para ver o Governo Regional ia incluir ou não, sobre aquela medida. Por fim, referiu que a Câmara Municipal estará presente no caso de falha por parte do Governo da República ou do Governo Regional, se estes não abrangerem a totalidade dos apoios. Mais disse que a Câmara estará presente para apoiar como a



última instância mais direta que conhece os problemas dos concidadãos, garantindo aos concidadãos que estarão presentes para apoiar dentro do possível, mas que aquela primeira ajuda fundamental de ação social competia ao Governo da República, seguidamente ao Governo Regional e, por último, às câmaras municipais. -----

O vereador municipal Emanuel Medeiros fez uso da palavra e disse que o presidente tinha referido que tinha tido muito gosto em acolher as propostas do PSD, mas que, de um orçamento de treze milhões de euros, as propostas deles tinham valores inseridos com pouco mais de cem mil euros, pelo que já se observava a vontade de acolher as suas propostas. Referiu que foram acusados de nunca apresentarem propostas estruturantes para o concelho, mas que o tinham feito ao longo do ano, já o tinham feito no mandato anterior, dando como exemplo o saneamento básico, pois quando abordaram aquela questão - deveras estruturante e importante para o concelho -, o presidente, nas suas primeiras reações, disse que estava tudo bem e que não havia nenhum problema com o saneamento básico, pelo que tinha sido devido à ação e pressão que o PSD exerceu, junto da Câmara do PS, que o presidente reconheceu que o saneamento básico era um obra estruturante para o concelho. Mais disse que estavam fartos de falar nas vias de comunicação, sinalética, etc. Disse que também estavam numa situação, que já tinham proposto, referindo-se à amortização extraordinária da dívida ao FAM. Mais disse que, se havia cinco milhões de euros no banco, não entendia por que razão o presidente da Câmara ainda tinha ido pedir mais um milhão e trezentos mil euros, visto que estavam ainda na capacidade de endividamento. Questionou por que razão a Câmara não amortizava parte da dívida, fazendo uma redução extraordinária e dando um sinal claro ao FAM de que de facto estava numa boa situação financeira, provando que é essencial para poder mexer nas taxas municipais referidas anteriormente. Referiu que tinham evidenciado, por diversas vezes, que era necessário tomar medidas para atrair investimento ao concelho, pelo que os investidores não investiam em Vila Franca do Campo por alguma razão, acreditando que uma delas deveria ser pela derrama estar à taxa máxima, para além de que não havia confiança na gestão do presidente da Câmara Municipal, pelo que quando não havia confiança numa gestão orçamental – algo que eles também não tinham – porque ainda recentemente propuseram uma negociação com o FAM que acolhesse as suas propostas que teria indiretamente um impacto naquele orçamento numa futura revisão, sendo que o presidente achava que não, tendo-o justificando, mas que também justificaram que poderiam ter sido incluídas aquelas medidas. Mais disse que não tinham confiança na gestão daquele orçamento, pois quando o presidente falava naquelas medidas estruturantes em resposta à colega Eunice Sousa, se verificassem a execução do Plano e Orçamento de 2021, em termos de despesas de capital (os investimentos), a respetiva execução não tinha atingido os cinquenta por cento. Questionou sobre como poderiam confiar nas medidas estruturantes que o presidente dizia que seriam executadas, quando sucessivamente a execução não chegava aos cinquenta por cento. Mais disse que evidentemente não podiam votar a favor do orçamento por aquelas razões. Referiu que acreditava que o presidente não tinha autoridade política no presente, havendo uma falta de confiança nele para gerir o orçamento face aos últimos desenvolvimentos e notícias que surgiram relativamente àquela gestão, o que prejudicava muito o concelho e afasta os investidores, pelo que não podiam votar a favor, apesar das “migalhas” que o presidente inseriu, considerando que as suas propostas correspondiam a pouco mais de cem mil



euros, num orçamento de treze milhões de euros. -----

O presidente da Câmara fez uso da palavra e disse que o PSD apresentou as propostas que quis para aquele Plano e Orçamento. Referiu que eles entregaram a sua proposta e, passados quinze dias ou três semanas, foram para uma reunião para receber as propostas do PSD. Mais disse que o PSD entregou as propostas, tendo sido contempladas no orçamento. Prosseguiu dizendo que, se o PSD pediu pouco ou muito, não lhe competia a ele avaliar, sendo que o que lhe competia era dizer que as propostas que o PSD apresentou foram contempladas. Referiu que o valor de cem mil euros não era verdade, pois para a sinalização eram cinquenta mil euros, para o projeto do Forte do Tagarete eram trinta mil euros, para o projeto de ligação das duas ruas de Água d'Alto eram trinta mil euros, um aumento nas juntas de freguesia de cinquenta mil euros, duzentos e quarenta mil euros para a rede viária pelo que, somando tudo, dava um valor de quatrocentos e oitenta e cinco mil euros, tendo sido aquelas as propostas que o PSD tinha apresentado e que eles incluíram no Plano e Orçamento. Relativamente à intenção de voto do PSD, era algo que cada um sabia de si, mas que efetivamente eles incluíram, no Plano, todas as propostas que o PSD apresentou no sentido de consenso, porque eram positivas, pelo que não iam deixar de o ser porque o PSD já não achava que fossem importantes ou não. Referiu que não faz juízos de valor sobre a idoneidade das pessoas, sendo um princípio seu, pelo que respeitava todas as pessoas. Referiu que não ia fazer considerações de idoneidade sobre nenhum dos vereadores municipais, considerando que não era uma competência do presidente da Câmara, permitindo-se a si ser educado, razoável e, como todos os vila-franquenses poderiam apreciar na condução dos trabalhos da presente reunião e na sua participação nas Assembleias Municipais, nunca tinha tido de pedir desculpa por mentiras que tivesse que ter dito, a não ser quando o fazia - que era de forma pública -, havendo outros que o faziam apenas quando não havia publicação de imagens, mas que cada um era livre de fazer o que quisesse, não indo questionar a idoneidade deles, sendo responsável pela sua. -----

O vereador municipal Pedro Costa fez uso da palavra e disse que, relativamente à questão do respeito referida pelo presidente, achou deselegante a correção que o presidente tinha feito anteriormente à colega vereadora Eunice Sousa, parecendo que eram apenas eles que as faziam. Referiu que o presidente também tinha cometido uma falha naquela reunião, mas que não referiu e o corrigiu por achar que não era elegante e que era algo que não se devia fazer publicamente. Referiu que era professor de Português e que também cometia as suas falhas, sendo que ninguém era perfeito, não acreditando que ninguém tivesse cometido um erro naquela sala, mas que o presidente tinha decidido corrigir uma falha cometida pela colega. Mais disse que se fossem estar constantemente a corrigir tudo o que diziam, deixaria de ser uma reunião de trabalho e quase que passaria a ser uma aula de Português. Referiu que não era perfeito nem acreditava na perfeição e que já tinham acontecido várias situações do género, sendo que nunca corrigiram ninguém. Referiu que cada um era como era e cometia os seus erros, pelo que tinham de os aceitar assim. Disse que nem numa conversa privada se devia fazer aquilo, porque era uma questão de humilhar as pessoas, sendo o que o presidente tinha feito, considerando que aquilo não era respeitar as pessoas. -----

O presidente fez uso da palavra e disse que era a interpretação dos factos do vereador Pedro Costa. Disse que fazia as correções, não no sentido de achar que as pessoas os cometeram



intencionalmente, mas por lapso, e para que os lapsos não ficassem registados para a via pública, resolvia dizê-los corretamente, entendendo que, como qualquer um dos vereadores, sabia falar Português, sendo que um cometeu um lapso num momento concreto, como ele também cometia os seus, não vendo nenhum problema se quisessem corrigir o seu Português, mas que não tinha sido com nenhuma intenção de humilhação, mas sim no sentido de que, pelo menos para os que ouviam, percebessem que há formas de dizer as coisas e que às vezes estas eram ditas de forma diferente, sendo bom que, quando se encontravam no domínio público, que alguns lapsos pudessem ser emendados, não na correção, pois não lhe passou pela cabeça que os vereadores cometessem os erros por desconhecimento, mas sim por lapso momentâneo. -----

A vice-presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra que lhe foi conferida, disse que, mais grave do que chamar a atenção ou corrigir um erro de língua portuguesa, era estar constantemente a pôr em causa a idoneidade do presidente da Câmara. Referiu que o presidente tinha sido eleito pelos vila-franquenses, tinha um mandato para cumprir, e que achava mau, da parte do vereador Emanuel, que estivesse constantemente a pôr em causa a idoneidade do presidente em todas as reuniões de Câmara. Em relação ao plano apresentado, todas as medidas que o PSD apresentou também eram medidas do PS, nomeadamente o Forte do Tagarete, o apoio à educação, a requalificação do Poço Largo, não sendo medidas do PSD. Mais disse que não entendia o que faltava para eles aprovarem o plano, porque se integraram as medidas que acharam convenientes, o que referiam para a falta de aprovação naquele plano era a falta de confiança. Referiu que trabalhavam seriamente, que as reuniões com o FAM decorriam de forma responsável e séria, pelo que pensavam sempre no bem dos vila-franquenses e todos os anos os vereadores da oposição já sabiam que havia sempre aquele procedimento da Câmara, e seu executivo camarário, que era chamar a oposição para integrar as suas medidas no Plano, não havendo necessidade de aguardarem que o presidente os convocasse. -----

O vereador municipal Carlos Pimentel fez uso da palavra e disse que achava que as propostas que o PSD tinha feito, eram as propostas para o futuro do município, mas que o vereador Emanuel Medeiros referiu que, em detrimento de um orçamento de treze milhões, as suas propostas eram só de cem mil euros, o que não era verdade, considerando que, de todas as obras que beneficiavam o concelho, era quase impossível que fossem todas executadas em 2023, sendo obras que, no seu entender, passariam os milhares de euros, obras que rondariam até dois milhões de euros, referindo-se ao forte do Forte do Tagarete, Poço Largo, não sendo obras de cem mil euros como referia o vereador Emanuel. Mais disse que, no que se referia às alterações orçamentais, eram muitas, de facto, mas se reparassem no orçamento e nas propostas do PSD, os números que lá estavam na prática não seriam aqueles, pois tinham sido números encontrados para aquele momento, mas que depois, à frente com o saldo de gerência, aquelas obras, se fossem a bom porto, seriam encontradas as verbas destinadas, como por exemplo quando inseriam dez mil euros numa rubrica, mas que o projeto em si ultrapassava aqueles valores contemplados no orçamento. Referiu que quando o vereador Emanuel Medeiros dizia (e bem) que quarenta mil euros para apoio às rendas era pouco, tal era verdade, mas por vezes esbarravam num problema que muitos jovens e não jovens que vivem numa casa de renda, e que quando vão abordar os serviços de ação social na Câmara trazem outro problema, relacionado com a maioria dos arrendatários que não está na disposição de passar uma fatura a quem lá vive, sendo que



poucas famílias que pediam ajuda eram contempladas porque não conseguiam a legalização dos próprios arrendatários, etc. -----

O vereador Pedro Costa fez uso da palavra e disse que uma das coisas que lhe saltava à vista no Plano era a contratação ou criação de um novo posto de trabalho relacionado com a área da Arqueologia. Referiu que a Câmara Municipal já tem nos seus quadros um arqueólogo, e que o presidente iria contratar mais um, questionando se seria justificável dois arqueólogos nos quadros da Câmara. Mais disse que, relativamente aos assistentes operacionais, que ouviam nas reuniões que o Governo Regional estava cortar nos programas, e que a Câmara Municipal estava com grandes dificuldades com mão de obra para as várias áreas que intervém, havendo ainda várias pessoas naqueles programas que eram necessárias e seriam necessários mais ainda, sendo que alguns tinham as suas expectativas, e bem, de virem a fazer parte dos quadros da Câmara, mas, pelo que via que estava previsto, para o próximo ano, apenas mais quatro assistentes operacionais seriam contratados. Mais disse que, considerando quanto custa a arqueóloga que presta serviço à Câmara Municipal, facilmente se poderia contratar mais dois ou três assistentes operacionais, desconhecendo se os dois seriam necessários, mas que mais assistentes operacionais é que seriam necessários mesmo. -----

O presidente da Câmara fez uso da palavra e disse que se tratava da visão de cada um, mas que não estava a encontrar (no documento) a parte da Arqueologia referida pelo vereador, pelo que o que pediu para incluir tinha sido Património e Arqueologia, desconhecendo se se tinham esquecido de incluir, mas que não era referente apenas à Arqueologia. Referiu que o futuro demonstraria que uma das áreas que o desenvolvimento económico de Vila Franca do Campo passará pela arqueologia. Mais disse que existem muitas cidades mundiais cuja visita acontece devido à arqueologia, achando que Vila Franca do Campo possui um património muito relevante naquela área e talvez único nos Açores, e que merece a sua atenção. Mais disse que todas sabiam que necessitavam de uma diretora do museu, pelo que estavam muito satisfeitos com a coordenadora atual e esperando que a doutora em causa concorresse ao concurso, sendo muito competente naquilo que faz, pelo que queriam que o Museu de Vila Franca do Campo continuasse a ter a visibilidade que tem tido, que houvesse alguém com aquela categoria que os ajudasse na área que tem desenvolvido na interação com as escolas, com a divulgação do passado, pelo que o que pretendiam era que houvesse um técnico superior que tivesse aquelas capacidade, mas que seria o concurso público a determinar. Mais disse que sabiam que eram necessárias mais pessoas, mas que a estruturação de uma Câmara Municipal, o desenvolvimento dos Serviços que pretendiam para a Câmara passava por aquelas duas componentes, uma área dos serviços e uma área operacional. Enquanto para a área dos serviços pretendiam admitir duas ou três pessoas, para a área operacional seriam quatro. Referiu que também sabia que os salários eram diferenciados, mas que tinham de ir fazendo aquele percurso, ou seja, um concurso para admitir quatro pessoas em 2023, e conforme fossem os aumentos salariais do próximo ano, verificariam se, dos duzentos mil euros que podiam aumentar e negociaram com o FAM se sobrasse algum, que ainda tinha mais intenção de contratar mais pessoas. Referiu que também era necessário abrir concurso para diretor de Serviço Administrativos, sendo indispensável haver também alguém responsável pelo museu, e que naquele momento não tinham ninguém com aquela qualificação. -----

O vereador Pedro Costa fez uso da palavra e disse que estava ainda mais confuso após a intervenção



do presidente, considerando que tudo o que o presidente elencou relativamente ao que a coordenadora do museu fazia, fazia-o bem, questionando então sobre o que fazia o arqueólogo que está nos quadros da Câmara há alguns anos, se era ela a responsável por tudo o que o presidente tinha referido. -----

O presidente da Câmara respondeu que, de todos os exemplos que deu, não se referiu à Arqueologia, mas sim à atividade do museu. Mais disse que a atividade do arqueólogo estava relacionada com o licenciamento dos projetos da Câmara Municipal. Mais disse que todos os projetos que entrem na Câmara e cujas obras decorram no centro histórico de Vila Franca do Campo, requer o acompanhamento de um arqueólogo, sendo que uma coisa era o licenciamento de obras, que é da responsabilidade do arqueólogo, e outra coisa era a atividade do museu que não estava relacionada propriamente relacionada com Arqueologia a não ser o facto de o museu possuir um grande espólio de património arqueológico que convém que alguém entendido na área possa classificar – referenciando uma exposição de Arqueologia recente sobre o património que o museu dispõe – mas que embora fosse uma área de Arqueologia do museu, era uma área residual face a todas as outras áreas que o museu desenvolve. Referiu que não se deviam confundir as duas funções, pois uma era relativa à função no Museu e outra referente à responsabilidade da Arqueologia no licenciamento das obras, como também na prevenção de riscos da mesma área. -----

Colocada à votação a proposta de deliberação, foi aprovada por maioria (com três votos contra do PSD).-----

O presidente da Câmara Municipal introduziu a seguinte declaração de voto: -----

“Nós votamos favoravelmente com a expectativa de que o próximo ano possa ser um ano de normalidade, que possamos fazer os investimentos todos para o próximo ano, que não seja inviabilizada a construção de um edifício de trinta apartamentos em Vila Franca do Campo, que possamos continuar a investir na ampliação do Parque Industrial, que possamos concluir todas as obras que temos em curso, tudo isso são responsabilidades nossas. Gostaríamos de continuar a desenvolver o concelho como temos vindo a desenvolver, e a expectativa de aprovar aquele plano é a de continuar a desenvolver o concelho, de fazermos os nossos projetos, e de incluir, por exemplo, o saneamento básico no próximo ano, bem como a edificação de trinta apartamentos num novo edifício, o que seria possível com a aprovação do Plano e Orçamento e que, não sendo aprovado, cada um assumirá as suas responsabilidades.” -----

A vereadora municipal Eunice Sousa introduziu a seguinte declaração de voto: -----

“Os vereadores municipais eleitos pelo Partido Social Democrata consideram que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para o ano de 2023, cujos documentos em análise são de extrema importância, na medida em que deveriam ser impulsionadores e geradores do desenvolvimento económico-social e cultural do concelho, bem como, dar resposta às necessidades e expectativas mais prementes dos vila-franquenses. -----

O PSD acompanhou no último ano, a maior parte das vezes, as propostas da Câmara Municipal do Partido socialista, sem reprovar as opções do executivo no que concerne às políticas sociais no apoio aos mais carenciados, na educação, na cultura, no desporto, nos investimentos, infraestruturas e equipamentos estruturantes. -----



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

No entanto, é evidente o contínuo e sucessivo aumento das despesas correntes e o baixo grau de execução de importantes investimentos em termos não só temporais, mas, também, financeiros em vias de comunicação, equipamentos e infraestruturas municipais, desporto, ambiente, saneamento básico, espaços recreativos e de lazer, habitação, educação e muitas outras que há muito deveriam ter sido considerados como prioritários. -----

Este orçamento é quase uma cópia do orçamento anterior, onde não há critério, não há prioridades, nem um rumo definido. -----

No que respeita à habitação, a Câmara Municipal continua a não assumir as suas responsabilidades nesta matéria, face à grave carência de casas, sobretudo para casais jovens, situação que se mantém ao longo dos últimos anos de governo do Partido Socialista. -----

Com este Plano e Orçamento continua a clara falta de visão estratégica para o desenvolvimento sustentável do concelho de Vila Franca do Campo. É devido a esta falta de visão e de planeamento estratégico que Vila Franca do Campo não consegue acompanhar e estar no mesmo patamar de desenvolvimento em comparação com outros concelhos da mesma dimensão. -----

O executivo Socialista recusou recentemente as propostas do PSD de propor ao FAM (Fundo de Apoio Municipal) baixar os impostos, nomeadamente na participação variável no IRS, de 5% para 3% e na redução do IMI de 0,45% para 0,35% até ao final do mandato. Para além de permitirem aliviar a carga fiscal dos residentes no concelho, promovendo assim a redução do impacto da subida da inflação, permitiria também constituir um estímulo à manutenção dos que já cá habitam, bem como servir para atrair novos residentes e novos investimentos para o concelho. -----

Acresce, a falta de autoridade política e a falta de confiança no presidente da Câmara Municipal para gerir mais um orçamento Camarário, face aos últimos desenvolvimentos e notícias que têm surgido, relativamente à sua gestão e que prejudicam e muito o concelho e a confiança dos investidores. -----

Pelos pressupostos acima resumidos, os vereadores eleitos pelo PSD na Câmara Municipal de Vila Franca do Campo votaram contra as Grandes Opções do Plano e o Orçamento da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo para o ano 2023, por terem a consciência de que este orçamento e estas Grandes Opções do Plano não são adequadas às necessidades e exigências de Vila Franca do Campo, nem à ambição de desenvolvimento e qualidade de vida dos seus munícipes, nem sequer apontam um caminho a seguir no futuro a curto e médio prazo, desaproveitando o enorme capital humano, cultural, científico, geográfico, histórico e patrimonial do nosso concelho. -----

Os vereadores do Partido Social Democrata. -----

Vila Franca do Campo, 23 de novembro de 2022". -----

Vila Franca do Campo, 12 de dezembro de 2022

A Coordenadora Técnica

Maria Luísa Pacheco Simas